

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO: 04/2024

IMPUGNANTE: PROLED BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

IMPUGNANTE: I O BARBOSA RI PROJETOS

I DO RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo emanado a partir da impugnação ao Edital pelas empresas **PROLED BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA** e **I O BARBOSA RI PROJETOS**, nos autos do Pregão Eletrônico nº 04/2024, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO, DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE PRAÇAS E DEMAIS PONTOS PARA O MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Em síntese, alega a impugnante **PROLED BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA** que o presente instrumento convocatório traz exigências conflituosas no que se refere à "Exigência de selo Procel e "Exigência de IK09", limitando a ampla concorrência. Sustenta que a não exigência de observância à Portaria No 62, de 17 de fevereiro de 2022 do Inmetro acarretará em prejuízos aos cofres públicos que poderão estar comprando produto de qualidade inferior.



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

A impugnante **I O BARBOSA RI PROJETOS**, por sua vez, questiona a exigência de que as luminárias a serem fornecidas sejam de fabricação nacional, que a liga de alumínio seja do tipo SAE 305 ou 306, a exigência relacionada à tensão de circuito aberto e corrente de descarga para o DPS, temperatura de operação da luminária, a potência do LED a uma temperatura específica como 1.75W a 85°C, a exigência de luminárias de distribuição média limitada em vez de totalmente limitada, a exigência de relé do tipo fotoeletrônico magnético para as luminárias, bem como a omissão do edital ao exigir um limite máximo de potência.

Na oportunidade, a impugnante **I O BARBOSA RI PROJETOS** questiona, ainda, se se o fluxo luminoso a ser aceito pela licitante refere-se ao valor médio declarado pelos fabricantes, ou ao valor nominal obtido mediante ensaios específicos. Ainda, questiona a imposição no edital relativa à graduação de ângulo na luminária, pois, segundo a empresa, o fato de tal exigência não ser estabelecida por nenhum órgão regulatório, somado à ausência dessa especificação na Portaria no 62 do INMETRO, coloca em questão a necessidade e relevância dessa graduação.

Insurge-se, também, quanto à exigência editalícia relativa ao ensaio de aderência da luminária, pois essa exigência parece destoar da aplicação convencional desse ensaio. Por fim, questiona os materiais para orçamento.

É o breve relatório. Passa a opinar.

II DA ANÁLISE JURÍDICA

II.1. DAS RAZÕES DE IMPUNÇÃO APRESENTADAS PELA EMPRESA PROLED BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Em sua impugnação, a impugnante argumenta que as exigências de PROCEL e IK09 são excessivas e comprometem a ampla concorrência da presente licitação.

Pois bem. Como é cediço, a delimitação do escopo das exigências de edital se inserem no espectro de discricionariedade da Administração, desde que observados os princípios da legalidade, impessoalidade e competitividade. Nesse sentido:

Insera-se na esfera de discricionariedade da Administração a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. Entretanto, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar exigências previstas no próprio edital que tenha formulado (Acórdão 2730/2015-Plenário)

No presente caso, o Programa Nacional de Conservação de Energia - Procel instituído em 30 de dezembro de 1985, pela Portaria Interministerial nº 1.877, para promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício, é importante forma de concretização do princípio da eficiência nos mais diversos entes da Administração Pública no que diz respeito à compra de equipamentos elétricos. Inclusive, a exigência em tela é comumente



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

utilizada por outros órgãos da Administração, conforme segue:

Universidade Estadual Paulista

unesp



ANEXO II

EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2011 - CEDRAC OBJETO DO PREGÃO

1. FINALIDADE:

1.1. A finalidade deste ANEXO é premonizar as condições, independentemente de outras exigências integrantes deste EDITAL, para ensejar a contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**.

03	01	PÇ	Refrigerador doméstico, modelo duplex, com capacidade líquida de armazenamento de no mínimo 417 litros, descongelamento automático, dreno para descongelamento, cor branca, eficiência mínima de consumo elétrico "A" (selo procel), tensão 127V, acondicionado de forma apropriada, de modo a garantir seu perfeito recebimento.
----	----	----	---

Conselho Federal de Medicina



CFM

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Este termo de referência tem por objetivos:

- 1.1. Caracterizar o objeto a ser contratado;
- 1.2. Estabelecer método de planejamento gerencial das atividades;
- 1.3. Estabelecer nível de qualidade desejado para os serviços;
- 1.4. Estabelecer os critérios de instalação, pagamento e demais condições a serem observadas durante o cumprimento do contrato.

2. JUSTIFICATIVA

Os equipamentos de ar condicionado atuais do Conselho Federal de Medicina não são suficientes para atender todos os ambientes e para a realização de trabalhos de forma mais adequada e menos insalubre para seus membros e servidores, portanto será necessária a aquisição de novos equipamentos.

3. OBJETO

O objeto do presente termo de referência é a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado, do tipo Split piso e teto, incluindo as instalações das partes elétricas, dreno e demais serviços de estrutura e acabamentos para o edifício Sede do Conselho Federal de Medicina, conforme quadro a seguir:

GRUPO 01			
ITENS	OBJETO	QUANTIDADES	LOCAL DE INSTALAÇÃO
01	Aparelho de Ar condicionado do tipo Split piso e teto com capacidade 18.000 Btus, com controle remoto sem fio, time e baixo consumo de energia, tensão 220V e selo Procel, instalação conforme especificada no termo de referência. Assistência técnica local e garantia total de 03 (três) anos.	02	Sector de Tecnologia do CFM
02	Aparelho de Ar condicionado do tipo Split piso e teto com capacidade de 48.000 Btus, com	02	Plenário do CFM

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
10.412/2019
CNPJ: 37.762.892/0001-78
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

Celg-D



Diretoria Comercial

Superintendência de Comercialização

Depto. de Medição e Utilização de Energia

Sector de Utilização e Qualidade de Energia

Projeto Básico

PB01-11/02

Obra / Projeto: PROJETO DE SUBSTITUIÇÃO DE GELADEIRAS, RECOLHIMENTO DE LÂMPADAS INEFICIENTES E ENTREGA DE LÂMPADAS FLUORESCENTES COMPACTAS, EM CONSUMIDORES CLASSIFICADOS NA SUBCLASSE RESIDENCIAL BAIXA RENDA NOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE GOIANO,

Objetivo.

Definir as condições básicas de licitação, em regime de EMPREITADA INTEGRAL, para execução dos serviços de implantação do PROJETO DE SUBSTITUIÇÃO DE GELADEIRAS, RECOLHIMENTO DE LÂMPADAS INEFICIENTES E ENTREGA DE LÂMPADAS FLUORESCENTES COMPACTAS, EM CONSUMIDORES CLASSIFICADOS NA SUBCLASSE RESIDENCIAL BAIXA RENDA NOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE GOIANO, com elaboração de cadastro e implementação de intervenções técnicas para substituição de geladeiras, recolhimento de lâmpadas ineficientes e entrega de lâmpadas fluorescentes compactas (Selo "A" INMETRO e certificação PROCEL), bem como realização de campanha de Medição e Verificação para apuração dos ganhos reais de economia de energia e redução de demanda na ponta, de acordo

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

10.412/2019

CNPJ: 37.762.892/0001-78

OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br

contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br

intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br

(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

Celesc Distribuição



Celesc
Distribuição S.A.

3 Ar Condicionado Split Hi-Wall

3.1 Os condicionadores de ar, tipo Split Hi-Wall, deve atender aos Requisitos de Avaliação da Conformidade do INMETRO, anexo da Portaria nº 007 de 04 de Janeiro de 2011, com os seguintes requisitos:

- a) Selo PROCEL conforme os Critérios para Concessão do Selo Procel de Economia de Energia a Condicionadores de Ar;
- b) Etiqueta Classe A na ENCE - Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
- c) Coeficiente de Eficiência Energética maior que 3,20 W/W.
- d) Tensão nominal monofásica de 220 V;
- e) Frequência nominal de 60 Hz;
- f) Possuir controle remoto sem fio;
- g) Possuir filtro lavável;
- h) Possuir termostato incorporado;
- i) Obedecer às normas nacionais ABNT NBR 05858, 05882 e 12010.

Pregão Eletrônico nº 12/08953

OBJETO: ADM. CENTRAL - Contratação de empresa para operacionalização do Projeto de Eficiência Energética Residencial, denominado "Bônus Eficiente".

Nesse caso, entende-se que a exigência do Selo Procel em licitações para compra de equipamentos elétricos é imprescindível para que a Administração Pública não se veja obrigada a adquirir, em certames do tipo menor preço, equipamentos de qualidade sabidamente ruim.

Deste modo, ressalvadas as questões técnicas, as quais ultrapassam a alçada dessa assessoria jurídica, entende-se perfeitamente possível prever, no presente edital, tal exigência.

A necessidade de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é guiada pelo princípio da eficiência, norma de observância obrigatória por todos os entes públicos, conforme determina o *caput* do artigo 37 da

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
10.412/2019
CNPJ: 37.762.892/0001-78
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

Constituição da República de 1988. O conteúdo do princípio em comento impõe ao agente público fazer o máximo com o menor gasto possível de recursos, sobretudo os econômicos, sabidamente escassos.

Indo mais além, a impugnante sustenta que o edital, ao exigir grau de **proteção contra impactos IK09**, é exagerado e sem fundamentação técnica, pois são mínimos os fabricantes que utilizam de IK09. No que tange ao grau de proteção contra impactos externos (IK), vale destacar o item A.5.5 da Portaria nº 20/INMETRO:

As luminárias devem possuir uma resistência aos impactos mecânicos externos correspondente, no mínimo, ao grau de proteção IK08, segundo a norma ABNT NBR IEC 62262 (...)

Diante do exposto, a fim de ampliar a competitividade do edital, merecem ser aceito equipamentos que atendam as normativas impostas pela portaria nº20/INMETRO.

II. 2 DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO APRESENTADAS PELA EMPRESA I O BARBOSA RI PROJETOS

A impugnante alega que apesar de inexistir previsão expressa vedando o fornecimento de equipamentos fabricados no exterior, tem-se que o resultado prático é a vedação da participação destes equipamentos importados, pois o instrumento convocatório exige que as luminárias sejam de fabricação nacional. Requer, desse modo, a aceitação dos equipamentos importados.

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
10.412/2019
CNPJ: 37.762.892/0001-78
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

Neste caso, nada obsta a aceitação de equipamentos importados, motivo pelo qual merece ser revisto o edital, a fim de que conste, expressamente, a possibilidade de disponibilização de produtos nacionais e estrangeiros, com vistas a viabilizar maior competitividade no certame.

Mais adiante, a impugnante afirma que a exigência de que a liga de alumínio seja do **tipo SAE 305 ou 306** revela-se excessivamente infundada.

Nesse ponto, razão não lhe assiste.

A impugnante trouxe apenas alegações rasas e sem argumento suficiente a caracterizar qualquer indício de ilegalidade eventualmente existente no edital. O mesmo acontece em relação à sua impugnação quanto à sua insurgência em relação à exigência de DPS DE 15KA. Sendo assim, não se vislumbra qualquer motivo para a exclusão de tal exigência.

Quanto à exigência editalícia de **faixa de temperatura a partir de -40°C**, a impugnante aponta que a normativa do INMETRO estipula que a temperatura mínima de operação deve ser de -5°C, indo até +50°C. Razão lhe assiste.

De acordo com os parâmetros estabelecidos na Portaria nº 20/INMETRO, a temperatura deve ser de -5°C até +50°C. Vejamos:

A.4 Condições de Trabalho:

....

c) temperatura do ar ambiente de -5°C e +50°C.

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
10.412/2019
CNPJ: 37.762.892/0001-78
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

Sendo assim, merece ser retificado o Edital, a fim de que seja exigida a temperatura mínima estabelecida na Portaria nº 20/INMETRO.

No que tange ao pedido de da exigência relacionada à **potência do LED no edital**, a impugnante somente apresentou questões sugestivas, sem, contudo, comprovar eventuais consequências e/ou irregularidades na especificação técnica exigida pela Administração. Sendo assim, não se vislumbra motivos suficientes para a retificação do ato convocatório quanto a este ponto.

Irresignada, a impugnante também afirma que a solicitação de luminárias de distribuição média limitada em vez de totalmente limitada implica em custos injustificados. Ocorre que a empresa sequer apresentou quais custos seriam estes. Não há qualquer menção a respeito de valores ou, até mesmo, uma análise econômica a respeito. Sendo assim, considerando a superficialidade de suas alegações quanto ao aspecto econômico, merece ser mantido o edital.

A empresa também cita que exigir relé do tipo fotoeletrônico magnético para as luminárias é uma prática fora do comum, razão pela qual requeira possibilidade de apresentação de relé do tipo fotoeletrônico. Mais uma vez, a impugnante deixa de apresentar conjunto probatório para comprovar o que alega, trazendo apenas informações unilaterais, sem demonstrar qualquer fonte, recomendação técnica ou até mesmo determinação normativa a respeito. O mesmo acontece em relação ao questionamento contra a exigência de **potência nominal e eficiência luminosa mínima e ensaio de aderência da luminária.**

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
10.412/2019
CNPJ: 37.762.892/0001-78
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA

Logo, considerando a ausência de demonstração de qualquer vício do edital, merece ser mantida a exigência questionada.

Também deve ser rechaçado o questionamento quanto à **graduação do ângulo da luminária**. A empresa afirma que a introdução de tal requisito pode acarretar aumentos nos custos de produção para as empresas, mas não traz nenhuma memória de cálculo, planilha ou indicação de quais custos seriam estes.

Por fim, a impugnante aponta que existem algumas omissões para a apresentação de propostas de preços, alegando que não há especificação do comprimento dos materiais, não há especificação de qual parafuso e cinta serão utilizados. Contudo, entende-se que tais questões se tratam de características mínimas, incapazes de trazer alteração significativas no preço de mercado.

III CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pelo julgamento **PARCIALMENTE** procedente das impugnações apresentadas, recomendando-se as seguintes alterações:

1. A alteração do instrumento convocatório, a fim de que seja prevista a possibilidade de utilização de **equipamentos importados**;
2. alteração do edital no que diz respeito à exigência de **proteção contra impactos IK09**, passando a aceitar



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

equipamentos que atendam as normativas impostas pela portaria nº20/INMETRO, ou seja, grau de proteção **IK08**;

3. A alteração do edital no que diz respeito à exigência de **temperatura mínima -40°C**, a fim de que seja permitida temperatura entre -5°C a +50°C, em atenção à Portaria nº 20/INMETRO;

É o parecer.

Bocaiúva/PR, 07 de março de 2024.

Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n. 221.547

OAB/BA n. 63.686

OAB/DF n. 75.483